

O “CAPITAL SUJO” E O SUBDESENVOLVIMENTO

"DIRTY CAPITAL" AND THE UNDERDEVELOPMENT

Marcio Luis Massaro¹
Cleber Broietti²

RESUMO

A questão ambiental nem sempre esteve presente no rol das preocupações da sociologia. Entretanto, na contemporaneidade apresenta-se como um problema essencialmente social, e denota em última instância uma crise das relações sociais. Em meio a esse debate, a proposta da Teoria da Modernização Ecológica preconiza que a disseminação de modernas tecnologias produtivas em países desenvolvidos, possibilitaria a manutenção e o avanço do ritmo de produção com cada vez menor agressão ao meio ambiente. Porém, um recrudescimento da legislação ambiental em países desenvolvidos, poderia ocasionar o deslocamento do capital sujo para os países subdesenvolvidos, esses teoricamente mais receptivos a iniciativas produtivas de qualquer espécie, dado a avidez por crescimento econômico.

Palavras-chave: questão ambiental, modernização ecológica, capital sujo.

ABSTRACT

Environmental issues not always been present in the scroll of concerns of sociology. However, in contemporary times presented as an essentially social problem, and denotes ultimately a crisis of social relations. Amid this debate, the proposal of Ecological Modernization Theory states that the spread of modern productive technologies in developed countries would enable the maintenance and advancement of the production rate with increasingly less aggression to the environment. However, a spate of environmental legislation in developed countries, could lead to the displacement of dirty capital to underdeveloped countries, these theoretically more receptive to productive initiatives of any kind, given the greed for economic growth.

Key words: environmental issues, ecological modernization, dirty capital.

INTRODUÇÃO

As preocupações com as questões ambientais, não estiveram sempre presentes no rol dos problemas sociais. No entanto, a partir da década de 1960, a humanidade voltou-se para o fato de que mudanças significativas estão ocorrendo nas mais diversas variáveis que envolvem o meio ambiente, este último entendido neste trabalho, em consonância com a concepção de Boff (2011), como sendo um lócus de onde não se pode dissociar o ser humano, dos demais seres e a natureza, todos em constante interação.

¹ Economista (UEL), Especialista em Marketing (FGV), Discente do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração. PPGA-UEL, Coordenador do Curso de Administração da FACCAR, Professor da PUC-PR Londrina. mluismassaro@gmail.com

² Contador (UNESPAR), especialista em controladoria (UEL), Discente do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração da UEL, professor do curso de Ciências Contábeis da UNESPAR campus Apucarana. cleberbroietti@uol.com.br

Doravante, o que se convencionou ser a crise ambiental (FOLADORI, 2001), envolveu os mais diversos campos de estudos, em problemáticas a serem resolvidas. Entretanto, questões contemporâneas voltadas para a conciliação entre o desejoso crescimento econômico e a sustentabilidade ambiental, ocupam posição de destaque nos estudos dos mais diversos campos, em especial no âmbito da Sociologia.

Em meio a esse debate, a Teoria da Modernização Ecológica proposta por Mol (1997), desenvolve-se com o pressuposto de que o advento de novas tecnologias ambientais³, aplicadas aos processos produtivos em países industrializados, possibilitariam a evolução da produção com cada vez menores impactos degradantes do meio ambiente, portanto, consonante com o conceito de desenvolvimento sustentável proposto no Relatório Brundtland de 1987.

Não obstante, como as práticas propostas pela Teoria da Modernização Ecológica são passíveis apenas em ambientes institucionais comuns aos países industrializados, e considerando que a efetivação de tais práticas é condicionada ao aumento na severidade do regramento que ordena as questões ambientais, Mol (1997) levanta a questão sobre a possibilidade de deslocamento do capital sujo⁴ instalado em países industrializados, para países subdesenvolvidos, ocasionando a degradação ambiental nesses últimos, que teoricamente possuem um aparato legal mais flexível nesse campo.

Posto o contexto, a tese proposta neste trabalho é de que ainda que o referido capital sujo represente uma contrariedade frente às preocupações ambientais, sob a lógica capitalista, os países subdesenvolvidos estariam dispostos a recebê-lo, à medida que os benefícios do crescimento econômico forem percebidos em maior escala que os malefícios advindos da degradação ambiental.

DESENVOLVIMENTO

Considerando as propostas de Rezende (1980), uma das questões importantes na investigação de fenômenos organizacionais, envolve a distinção do nível de abstração do pensamento, necessário à compreensão do fenômeno estudado. Nesse campo, compreende o autor, que o nível Macrossocietário representa o mais elevado nível de abstração, que

³ Refere-se a modernos processos e tecnologias produtivas que estariam voltadas para maior eficiência ambiental, ou seja, com menor emissão de poluentes, menor degradação ambiental, etc.

⁴ Em referência ao capital produtivo voltado para setores tradicionalmente poluidores como a

indústria química por exemplo.

pode informar o pensamento administrativo, permitindo a contribuição filosófica e sociológica na construção do conhecimento na área.

Assim, para o escopo deste estudo, considera-se conveniente a adoção de uma visão macrossocietária frente aos dilemas que emergem das questões ambientais, e ainda como corrobora Foladori (2001, p.158), há necessidade de uma visão holística sobre a questão, assim, “o que hoje são esferas de atividades e interesses separadas – economia, ecologia, política (para as quais se requerem instrumentos e políticas para relacioná-las) - iria constituir uma unidade”.

Conforme as considerações de Foladori (2001, p.63), toda espécie modifica o meio em que vive, de forma e intensidade diferentes, mas, a espécie humana, representa o nível mais elevado de “liberação do meio ambiente”. Historicamente, o homem interferiu na natureza por questões biológicas e culturais, na busca da superação de suas contradições com o meio ambiente, com outras espécies e mesmo entre congêneres, causando uma reação contrária que efetivamente provocou mudanças qualitativas nas relações sociais.

Ainda o mesmo autor, apresenta que na história da evolução humana, o desenvolvimento de instrumentos possibilitou ao homem transformar a natureza, e dela tomar posse. Entretanto, foram as relações sociais de produção que transformaram a raça humana e desenharam as relações sociais entre homens, meio ambiente e outros seres. Mas, foi propriamente a questão distributiva, que segregou o acesso aos recursos naturais a uma classe pequena e privilegiada da população, que imprimiu o uso indiscriminado e cada vez mais intensivo desses recursos, sem vistas a seus limites físicos e às consequências dessa forma de agir.

O avanço das ciências possibilitou a consolidação do pensamento de que haveria reversibilidade de qualquer contingência ambiental ao modo de produção baseado no uso exaustivo de recursos naturais, fato que culminou na constatação contemporânea que o homem modificou intensivamente o meio ambiente, gerando um passivo ambiental a ser resolvido em caráter global, sob pena de não haver mais a possibilidade de manutenção da vida no planeta.

Dessa constatação, derivaram diversos discursos em caráter multidisciplinar, envolvendo as questões ambientais. No entanto, percebe-se que o foco dos discursos no campo, se concentra no produto em si e não no seu processo produtivo, onde potencialmente se encerram os verdadeiros problemas da questão ambiental, o que por conseguinte, envolve uma crise das próprias relações sociais (FOLADORI, 2001).

Nesse sentido, a indústria moderna embrenhou-se nas questões da sustentabilidade, mas, o fez a seu entendimento. Já que o foco da questão está no produto, então o problema ambiental envolve basicamente custos de poluição, o que pela visão clássica econômica pode ser resolvido sob a lógica do mercado. Conforme cita Foladori (2001), um memorando emitido pelo Banco Mundial, propõe claramente o deslocamento de indústrias poluentes para países considerados pobres, onde o custo ambiental possa ser internalizado de forma menos intensiva no preço do produto, assim como a percepção das mazelas ambientais geradas no processo produtivo seja socialmente menos percebida, já que as positivities do crescimento econômico nesse caso, encobririam as degradações ambientais geradas.

Assim, a forma como se desenvolveu a percepção dos problemas ambientais, corrobora e legitima a proposta capitalista de resolução dos mesmos. Trata-se simplesmente de um argumento que sustenta uma realidade fática acerca de como, sob a lógica do mercado, os países subdesenvolvidos estariam institucionalmente receptivos ao capital sujo, sem incorrer em grandes questionamentos acerca do peso do agravamento das questões ambientais que viriam a reboque, frente ao crescimento econômico que seria percebido.

De certa forma, esse contexto em que ascendeu a leitura dos problemas ambientais conforme descrito por Foladori (2001), influenciou contumaz os estudos do campo, no âmbito da sociologia tradicional. Segundo Lenzi (2005), apesar das contradições envolvidas, não se nega as contribuições de William Catton e Riley Dunlap, no sentido de inserir as questões ambientais no âmbito dos estudos sociológicos, abrindo o campo da Sociologia Ambiental. No entanto, o conceito de ambiente natural, adotado nos estudos desses autores, abriu a possibilidade de um distanciamento do homem e do seu ambiente, possibilitando que os estudos sejam mais voltados para as questões físicas (fato criticado por Foladori (2001)) dos recursos finitos, que propriamente uma merecida análise sociológica mais ampla.

Com a emergência da área de sociologia ambiental, as questões no campo passaram a figurar no rol dos estudos sociológicos, no entanto, Lenzi (2005, p.40) aponta para os principais temas de interesse dos estudos no âmbito da sociologia ambiental, de onde ele destaca o seguinte: “conhecimento e interpretações sobre o meio ambiente”. Esse tema de interesse estaria voltado para o estudo acerca de como são percebidos os problemas ambientais na sociedade moderna, no sentido de serem considerados propriamente como

perigos, ou males. O autor destaca que “[...] há valores e um contexto cultural influenciando na percepção da nossa intervenção no meio ambiente e de nossa reação a essa mesma intervenção”.

A conclusão a que chega o mesmo autor é de que o conhecimento científico constitui-se num fator chave na construção da percepção de uma sociedade frente aos problemas ambientais. No entanto, como esse conhecimento é restrito a poucos, também os meios de comunicação de massa influenciariam a tomada de consciência ambiental de grande parte da sociedade. Há que se considerar também, o que dispõe Beck (2010, p.33), em sua análise acerca da percepção do risco em uma sociedade: “A causalidade suposta segue sendo algo mais ou menos incerto e provisório. Trata-se nesse sentido, também no que diz respeito à consciência cotidiana de risco, de uma consciência teórica e portanto cientificizada.”

De toda lógica, seria menos provável que em países subdesenvolvidos existisse uma cultura ambiental arraigada, capaz de gerar uma consciência ambiental suficientemente robusta, que permitisse sobrepujar os benefícios imediatos do crescimento econômico, frente os possíveis riscos futuros advindos da degradação ambiental. Conforme Beck (2010, p. 54) “A corrida disputada entre riqueza perceptível e riscos imperceptíveis não pode ser ganha por estes. O invisível não pode competir com o visível, [...] a salvaguarda da prosperidade e do crescimento econômico mantém-se inabalada como primeira prioridade”.

Não obstante, a partir da década de 1980 os estudos socioambientais evoluíram para outros pressupostos. Outrossim, a questão de campo que se sobressai na contemporaneidade, está justamente voltada para uma forma de conciliar crescimento econômico com sustentabilidade ambiental. Nesse contexto, ascende o que se convencionou ser a Teoria da Modernização Ecológica (ME), que na concepção de Mol (1995 apud LENZI, 2005, p.48), “indica a possibilidade de superar a crise ambiental enquanto fazemos uso das instituições da modernidade, sem abandonar o padrão de modernização”.

Contextualmente, o surgimento da ME deu-se pelos pressupostos de Joseph Huber em 1980, que criticou a política ambiental da década de 1970 adotada na Europa, mas, teve como seu expoente maior, Arthur P. Mol. Trata-se de uma visão ambiental desenvolvimentista, que tem no relatório de Brundtland, 1987, o ponto alto de suas premissas. A nível macro, a proposta da ME seria de provocar uma mudança estrutural na

economia, de tal forma que resultasse em incentivos à produção ambientalmente correta e desincentivo às demais. A nível micro, envolve basicamente o estabelecimento de tecnologias produtivas voltadas para a conservação do ambiente, aplicadas à produção (chamadas tecnologias preventivas) (LENZI, 2005).

Para Mol (1997) a questão ambiental está ligada ao industrialismo, assim, os pontos principais da ME envolvem a ciência moderna e a tecnologia, como instituições centrais para o que o autor convencionou ser um movimento de “ecologização econômica”. Admite ainda a importância das dinâmicas do mercado e dos agentes que nele atuam, para a reestruturação ecológica. Admite ainda a internalização das externalidades negativas da produção, através do que propõe ser a “economização da ecologia”. Vê no Estado um papel central na reforma ambiental, bem como, considera essencial o fortalecimento dos movimentos sociais, para a criação de uma consciência ambiental mais forte.

Uma questão central ainda nesse debate, refere-se às mudanças provocadas pelo processo de globalização produtiva, o que de certa forma ocasiona o nivelamento de ações ambientais, desprezando particularidades locais. Para Mol (2000), a sociologia ambiental deveria atentar-se também para as questões ambientais locais e não somente a nível global. Nesse sentido, o autor considera uma série de características institucionais necessárias em uma sociedade, para que efetivamente as premissas da ME se desenvolvam com sucesso. Em regra, essas características se fazem presentes em países industrializados. É desse ponto que se desenvolvem questionamentos acerca das possíveis consequências da globalização e da implementação da ME em países industrializados.

Um primeiro questionamento refere-se à possibilidade de um aumento da poluição nos países subdesenvolvidos, dado um aumento na atenção às questões ambientais em países industrializados. Outro, refere-se à migração do modelo da ME para países que não possuem condições institucionais para sua implementação. Estudos já desenvolvidos, mostraram uma tendência natural de migração do capital sujo para países do terceiro mundo, quando há um endurecimento das políticas ambientais em países industrializados. Contraditoriamente, alguns estudos demonstram uma fraca correlação entre a mobilidade do capital sujo, e a rigidez de questões ambientais em países desenvolvidos (MOL, 2000).

Sobre essa questão, Mol (2000) considera que a questão da pressão ambiental, pode vir a ser um ponto definidor de realocação da produção suja. Porém, isso não significa que não há no momento uma capitalização dos países mais desenvolvidos sobre o ambiente de países menos desenvolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese proposta que países subdesenvolvidos seriam particularmente receptivos ao capital sujo, migrado de países desenvolvidos, mostrou-se em parte viável. Sua afirmação evidente foge do escopo e escala deste trabalho, no entanto, os três argumentos apresentados possuem peso na análise: Primeiro a questão de Foladori (2001) acerca da construção da percepção da questão ambiental e da proposta capitalista clássica na resolução da questão. Em segundo, a questão da consciência ambiental e o imperativo da busca por crescimento econômico, em países do Terceiro Mundo, sustentado por Lenzi (2005) e Beck (2010). Por fim, as claras evidências de mobilidade do capital sujo para países com menores pressões ambientais, discutidas em Mol (2000).

Considera-se então, efetivamente plausível a supremacia das urgências econômicas sobre as ambientais, muito visíveis nos países subdesenvolvidos, ávidos por receber investimentos produtivos de qualquer espécie. Pode ser que em grande parte, o desencontro temporal entre as causas e as consequências dos problemas ambientais, seja um facilitador ao comportamento displicente e despreocupado da sociedade, diante das evidências teóricas futuras sobre as mudanças ambientais provocadas pelo homem, seja em países desenvolvidos ou subdesenvolvidos.

Entretanto, não há subsídio teórico suficiente neste trabalho, que possibilite estabelecer um conjunto de causas que estariam envolvidas com o comportamento ambiental humano negligente, diante de consequências empíricas já estabelecidas, e tão visíveis quanto se percebe contemporaneamente. As contingências à universalização de uma consciência ambiental consistente, talvez seja um ponto a ser considerado em trabalhos futuros no campo.

REFERÊNCIAS

BECK, U. **Sociedade de Risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.

BOFF, L. **Uma lei de responsabilidade sócio-ambiental?** 2011, Disponível em: <<http://www.leonardoboff.com>> Acesso em: 12 set. 2013.

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. São Paulo. Editora da Unicamp. Imprensa Oficial, 2001.

LENZI, C. L. **Sociologia Ambiental**: risco e sustentabilidade na modernidade. Bauru/SP: Edusc, 2006.

MOL, A. P. J. Ecological modernization industrial transformations and environmental reform. In: REDCLIFT, M. ;WOODGATE, G. (Orgs.). **The international handbook of environmental sociology**. London: Edward Elgar, 1997.

MOL, A. P. J. A globalização e a mudança dos modelos de controle e poluição industrial: a teoria da modernização ecológica. In: HERCULANO, S. C.; SOUZAPORTO, M. F. de; FREITAS, C. M. de (Orgs.). **Qualidade de vida e riscos ambientais**. Niterói: EdUFF, 2000.

REZENDE, H. S. **Os diferentes níveis de abstração do pensamento administrativo**. Florianópolis: Mimeo, 1980.